

## **Uma rua, vários problemas e um caso de injustiça ambiental: das sensações e emoções a uma vida sem público<sup>1</sup>**

Túlio Gava Monteiro (UVV/ES)

### **Resumo:**

O artigo que proponho consiste em parte de minha dissertação de mestrado, que trata de uma discussão sobre a ausência de problema público como um motivo de persistência de problemas ambientais na comunidade de vizinhança da Rua Santa Teresinha, em Vila Velha-ES. A partir de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2016, busco trazer à tona uma situação de injustiça ambiental em que aquele conjunto de moradores socialmente vulnerável torna-se alvo do descaso governamental e, mesmo de uma intencionalidade perversa, gerando uma situação de injustiça ambiental. A partir de uma perspectiva etnográfica, estabeleço um paralelo entre as sensações e emoções que surgem *sobre* um meio ambiente permeado de problemas como o lixo, o *valão* e a os depósitos de sedimento do fundo do canal, e *entre* os moradores e o poder público, *com* a capacidade dos habitantes de publicizarem aqueles problemas. Por meio das análises dos conteúdos e narrativas, noto que as relações estabelecidas entre os espaços vividos no passado, e o que é vivido atualmente, pouco se diferencia; e que os afetos interpessoais reproduzem uma vida comum onde o privado ora ou outra prevalece, assim, produzindo emoções que se traduzem em uma apatia e em um distanciamento dos moradores quanto à participação política.

**Palavras-chave:** Injustiça Ambiental; Apatia; Problema Público.

### **Introdução**

À margem de um bairro (Itapoã/Vila Velha) majoritariamente de classe média vive um grupo de indivíduos socialmente vulnerável que divide o espaço de uma rua com um canal. Ali o odor exalado pelo canal e o lixo se tornam parte do cotidiano daquelas pessoas. A proximidade ao canal ainda as coloca em risco e, quase anualmente, a água invade suas casas. Ali, há quase dois anos, elas também passaram a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

conviver com amontoados de sedimentos retirados do canal e depositados em frente a suas residências. A sua vulnerabilidade social acoplada aos riscos representados por esses transtornos configura uma situação de injustiça ambiental.

Esses transtornos suportados pelos moradores, então, podem ser ou não apreendidos como problemas. Quando não o são, as pessoas apresentam um movimento de recuo ou nem mesmo de aproximação à problematização. Sentimentos como o medo e a impotência se colocam como inibidores de uma postura ativa. No entanto, quando as situações suscitam sentimentos propícios, como a raiva, as pessoas se põem em um processo de investigação e problematização. Quando realizado por meio de uma postura individualista, o problema que surge ganha um status privado, e a publicização do problema, assim, não se desenvolve.

Este artigo nasce de uma parte da minha dissertação de mestrado, a qual desenvolvi por meio de uma pesquisa de inspiração etnográfica, aliada à aplicação de entrevistas semiestruturadas. O objetivo, aqui, é desenvolver como se configura a injustiça e qual é forma através da qual a comunidade Bem-te-vi vê seus transtornos ambientais, ressaltando questões referentes aos sentimentos que não foram abordadas anteriormente.

### **Bem-te-vi: a comunidade da Rua Sta. Teresinha e seu caso de injustiça ambiental**

A comunidade da Rua Sta. Teresinha, que venho a chamar de Bem-te-vi, é um grupo de pessoas que compartilham de condições socioeconômicas e ambientais similares. Ela se encontra no extremo limite sudoeste do bairro Itapoã, em Vila Velha, vivendo à margem de um canal a céu aberto, chamado Canal da Costa (Figura 1). Daqueles moradores que tive a oportunidade de conversar e entrevistar, a renda não se estende tanto para além de um salário mínimo. Aliás, muitas pessoas possuem empregos com baixa remuneração, como empregada doméstica, profissional de limpeza ou de cozinha em shopping ou restaurante ou empacotador em rede de supermercado. Além dessas ocupações formais, há pessoas que abrem pequenos negócios ou que recorrem a ocupações informais, como a de carroceiro.

Figura 1 – Parcela da Rua Sta. Teresinha de frente para o Canal da Costa.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Há, também, moradores que recorrem a alternativas para ter alguma renda ou para acrescentar àquela que já possuem. Quando não desfrutam de programas sociais, como o da Bolsa Família, fazer bico é uma opção que frequentemente aparece no discurso dos moradores. Juliana, por exemplo, é uma senhora que recebe para cuidar do filho de sua vizinha e, ora ou outra, vende picolé em frente a sua casa. Em conjunto, são situações que revelam, ao menos, os baixos salários e a descontinuidade nos tempos de trabalho que Sá (2010) considera como elementos característicos da precariedade do trabalho.

Por si só, a baixa renda não revela muito, uma vez que a renda é um meio pelo qual se alcança determinados bens que cada indivíduo e coletividade consideram relevantes para seu bem-estar (SEN, 2003). Contudo, a situação de vulnerabilidade em que a comunidade se encontra está, ao menos em parte, no âmbito de ação permitido por seu poder aquisitivo. Em razão das enchentes periódicas, os moradores a perder móveis com certa frequência e, por causa da insuficiência de renda, são obrigados a viver privados de alguns bens e a continuar utilizando móveis debilitados, como algumas vezes os ouvi dizer a respeito dos guarda-roupas.

A apropriação daquela rua, aliás, remete ao descaso público. Somente após a informal e desordenada apropriação do espaço é que o poder público interveio, já que é uma infraestrutura que chega tardiamente e se molda ao lugar, resultando em postes e

fiações rentes às residências, calçadas curtas ou inexistentes, uma rede de esgoto que, além de recente, é ineficiente. Isto é, são territórios que seguem a lógica dos loteamentos periféricos em que as melhorias advêm de obras pontuais e corretivas que se sobrepõem a um contexto que não responde a um padrão urbanístico (JACOBI, 2006).

A rua e, sobretudo, a margem oeste do canal, encontram-se constantemente, além do mais, sujas com uma combinação de embalagens, restos de alimento e mesmo sacolas de lixo, apesar da existência de coleta de resíduos sólidos. São elementos, inclusive, que disputam espaço com cachorros, galinhas e ratos. Além disso, uma pequena no fim da Rua Sta. Teresinha foi, por anos, utilizado como um depósito de lixo e entulho (Figura 2). No entanto, nos últimos meses, ele deu lugar a um barraco de madeira.

Figura 2 - Pequeno lixão formado na Rua Sta. Teresinha - setembro de 2015.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Mesmo diante dessa situação, a rua é mais que um espaço sujo e utilizado simplesmente para transitar. Ela é um espaço de representações e de usos bem característicos daquele de uso comum, ultrapassando o seu caráter público. Algumas partes dela, por exemplo, ainda apresentam manchas de tinta, sobretudo das cores verde, amarela e azul; vestígios da Copa do Mundo e de representações de afeto daquela *comunidade* para com o time brasileiro. Um apreço que não é visto impresso somente

naquele chão seminovo, mas, também, nas bandeiras do Brasil pintadas em postes e muros.

Rente ao canal, a rua não apresenta qualquer medida de segurança para proteger os moradores e transeuntes de caírem nele. Além disso, ela tem, logo em seu começo, quatro longas estacas de madeira dispostas rente ao leito, separadas por largos espaços e interligadas por uma fina corda. Esses varais improvisados sob a via pública revelam não só a falta de espaço hábil nas residências, mas, também, a criação de um vínculo privado com aquele espaço. A rua se torna, portanto, uma extensão das habitações dos moradores, algo que se percebe, inclusive, no comportamento deles. É comum, por exemplo, a socialização e o desenvolvimento de redes de sociabilidade entre vizinhos e familiares sobre ela. O bingo realizado todos os domingos é um exemplo disso.

Já os terrenos, em sua maioria, são completamente ocupados, com moradias localizadas, inclusive, em fundo daquelas de frente para o canal. Nesses casos, corredores são criados para dar acesso àquelas habitações camufladas pelos tijolos, ferro e cimento das habitações à frente. Mesmo com uma ou outra residência com aspecto de recentemente pintada e com telhas sobre os muros, no geral, ou elas são de alvenaria exposta, sobretudo àquelas no interior dos terrenos; ou são pintadas, mas manchadas de uma cor escura, característica da poeira que tem se fixado por anos sobre as paredes. São habitações em que suas grades e portões de ferro enferrujados compartilham espaço com vidros foscos de poeira e telas instaladas sobre uma ou outra janela. Ao manifestarem seu caráter socialmente vulnerável, as residências agravam a vulnerabilidade ambiental de seus habitantes. Quando afetadas pelas enchentes, por exemplo, a umidade penetra sua estrutura e móveis, fragilizando-os e aumentando os riscos de agravamento de problemas de saúde (FREITAS; XIMENES, 2012). A deterioração dos materiais se revela nas fissuras e buracos que se distribuem sobre a superfície das residências. Um exemplo disso é a situação de uma moradia de fundos para o canal que, com a limpeza do valão, começou a sofrer graves rachaduras, comprometendo ainda mais sua estrutura e aumentando o risco de desabamento. Ainda, tanto na área externa quanto interna, algumas delas ainda preservam uma marca negra da última enchente que sofreram, em 2013.

Associado a essa vulnerabilidade estrutural, modificações realizadas pelos moradores em suas residências impede uma vivência confortável. Isso ocorre porque algumas delas apresentam o pé direito reduzido, fazendo com que algumas pessoas

quase batam a cabeça na parte superior das portas; alguns cômodos, em especial os banheiros, ficam um nível abaixo da nova altura; e ressaltos, ora ou outra, aparecem sobre as portas, não permitindo que as pessoas caminhem livremente. Nessa lógica, o desconforto estaria associado à insegurança proporcionada pela não proteção às intempéries e a ineficiência do espaço, por causa das manobras necessárias para viver nas residências (SILVA; SANTOS, [s.d.]).

Em frente às residências, mas na outra margem do canal, existe um terreno extenso e acessível a todos, com sua superfície mesclada de um concreto degradado com o tempo e de terra, seja vinda como poeira e rejeitos de vários usos e ocupações que aquele espaço obteve, seja daquela porção que fora sufocada pelo cimento e que tem entrado novamente em contato com o ar através das fendas. Há anos esse terreno tem sido utilizado de forma pública, já que moradores transitam por ele como um espaço de livre passagem e se apropriaram dele para a prática do lúdico, uma vez que não têm acesso a uma estrutura que lhes garanta a capacidade de ter lazer. Apesar de qualquer valor que aquele espaço pudesse ter para a comunidade, desde meados de 2014, ele passou a ser utilizado pela prefeitura como área de depósito de sedimentos – *lama* – retirados do Canal da Costa (Figura 3). A travessia, a vista e o valor simbólico daquele espaço estão comprometidos desde então, e, durante todo esse tempo, ela passou, também, a fazer parte da paisagem e da vivência da comunidade.

Figura 3 – Sedimentos do canal (*lama*) em frente à comunidade – c/ criança brincando.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Basicamente, o conjunto dos transtornos/problemas ambientais sofridos pela comunidade provém, de uma forma geral, de uma infraestrutura sanitária inadequada. A

conjugação de males ambientais associados à sua vulnerabilidade social leva a um processo estigmatização que deteriora sua identidade. A qualidade das residências associada ao lixo e o canal a céu aberto criam um aspecto que os próprios moradores alegam remeter à favelização. Ademais, é uma situação que reflete uma desigual distribuição de riscos ambientais entre grupos sociais de baixa renda, isto é, uma situação de injustiça ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

### **Sentimentos em recuo frente aos transtornos**

Os transtornos suportados pela Bem-te-vi parecem questões exclusivas de uma comunidade socialmente vulnerável, no entanto, elas se colocam no limbo da definição entre interesse geral e interesse particular. Tal como Cefai (2003) alerta ao fazer um paralelo com o que é trazido por Lichterman (1999), a objetivação da diferença entre esses interesses é impossível e, por isso, por mais que a injustiça ambiental sofrida por essa comunidade envolva interesses “localistas”, é a universalização destes que permite que os transtornos ambientais se elevem ao caráter de problema público.

O transtorno<sup>2</sup> a que me refiro é aquilo que existe antes da constituição de um problema. Ele é o *gatilho*, uma situação inicial também compreendida como uma desordem, um distúrbio ou, simplesmente, uma situação problemática causada por um evento (de qualquer natureza) que perturba ou impacta a harmonia do convívio de indivíduos e coletividades com o seu meio ambiente. Em outras palavras, o transtorno se instala quando “[...] quando os tipos de respostas, rotineiras e estandardizadas, dadas por uma coletividade a seu ambiente, tornam-se mal ajustadas, inadequadas ou insuficientes [...]” (CEFAI, 2015, p.2, tradução nossa). Assim, ele nasce quando as pessoas são acometidas por uma situação que lhes é estranha ou inconveniente e com a qual não conseguem lidar de imediato.

Na Bem-te-vi é comum que os males ambientais sejam percebidos mais como transtornos pessoais que como problemas. Durante aquele período em que entrevistei alguns moradores e perambulei pela comunidade, observando e conversando com seus membros, percebi um desinteresse em lidar com os transtornos de uma forma geral.

---

<sup>2</sup> Transtorno é a tradução que utilizo para designar *trouble*, uma palavra em francês e em inglês que, em português também é traduzido como problema. Como há diferença conceitual entre *trouble* e *problème*, adotei as palavras transtorno e problema para me remeter àquelas palavras respectivamente.

Uma falta de interesse que se mostrou associada a sensações, sentimentos e emoções responsáveis por um movimento de recuo frente eles.

O medo, que aqui estou compreendo também como uma confluência também de temor e preocupação, é um dos sentimentos que explica a postura passiva muito presente na comunidade. Ele está associado ao contexto de estigma e violência em que aquelas pessoas estão inseridas. Uma situação resultante da preocupação crescente com a segurança nos bairros de classe média, como o de Itapoã, especialmente após a construção do Shopping Vila Velha, fazendo com que a pobreza e o tráfico de drogas que convivem naquela rua justifique um tratamento desigual e preconceituoso. O depoimento de Marcos abaixo deixa isso claro.

Às vezes eu estou aqui da janela, aqui... que nem... eu já vi. Aí, chega uns carinhas, ali, roubam ali. Tudo playboyzinho... que eu conheço, que mora lá em cima, em Itapoã. Correm... vêm, entram aqui e passam aqui correndo. Aí o que acontece? A polícia vai: "Os caras são daqui". O cara é loiro, tem o olho AZUL. Mas me fala quem é loiro aqui que tem um olho azul. "Ah, não, foi a menina que falou que foi um menino assim, assim, assado" [Como se outra pessoa tivesse dizendo]. Só que eu estava da janela aqui, eu vi. Foi um loirinho, cabelo liso, estilo surfistinha que mora lá em cima em Itapoã. Aí os meninos daqui tomam uma coça. Mas ninguém encontra nada com eles. Mas eles descem o cacete. Para eles é mais vantagem. Tem filho de policial que faz coisa errada, mas eles sempre acobertam. Então, assim, é mais fácil jogar para cima do pessoal daqui. Tudo é jogado para cá, tudo que acontece de ruim aqui em volta.

A truculência policial exposta por esse morador, que decorre de um desrespeito para com os direitos daquelas pessoas, é, então, produtora do medo. Um sentimento que passa a coexistir com elas e que gera uma sensação de insegurança, cujo responsável é o próprio poder público. A instalação de um posto da guarda municipal na avenida de frente para a comunidade e de uma câmera na própria Rua Sta. Teresinha – quebrada duas vezes – ao invés de fazê-los sentir mais seguros, produz o inverso. A vigilância constante à qual são submetidas é vista como forma de controle, reproduzindo o Panóptico através da tentativa de constrangê-los a agir livremente (BAUMAN, 1999). Um estado que é reprovado expressamente por alguns moradores, mas que se revela permear o discurso geral da falta de segurança. Assim, tanto os temores quanto à necessidade de segurança modelam as relações sociais (DELUMEAU, 1989) que se desenvolve, sobretudo, a respeito dos grupos estranhos à comunidade.

Não é à toa que se cria uma situação de permanente desconfiança, um sentimento que ergue mediante a incerteza sobre as ações do *outro* (JARAMILLO;



VILLA; SÁNCHEZ, 2004). A rejeição da gravação de entrevista, tal como a resistência e a negação de me dizerem seus nomes resultam desse sentimento, já que eu era um elemento estranho naquele lugar. Mas ele se revelou mais presente no controle das palavras a serem empregadas, sobretudo no caso de uma das moradoras. Em um primeiro momento, Jaqueline, uma senhora que eu comumente via sentada no meio-fio de frente à sua residência, fumando seu cigarro, utilizava em seus discursos comigo sempre uma palavra amenizadora, quando não engrandecia o trabalho do poder público. A discrepância entre suas palavras e a realidade que eu observava era suficiente para me indicar sua desconfiança em mim. No entanto, foi o seu filho que, mais tarde resolveu se envolver naquela entrevista, deixou essa situação mais clara. A sua indiscrição fazia Jaqueline repreendê-lo com toques em sua perna e movimentos negativos com a cabeça, ao mesmo tempo em que ela pedia para a entrevista acabar, dizendo “tá bom, meu filho, já tá bom”. Mas é uma das respostas dele para sua mãe que deixa mais claro o medo e sua confluência com a insegurança e a desconfiança: “Veja o lado bom, mãe, eles não vão poder mais bater nos meninos, aqui. Para e pensa”.

Apesar de essa situação não estar diretamente ligada aos transtornos ambientais, ela designa um estado de retração frente a eles por causa da posição em que a Bem-te-vi se encontra perante o poder público. Ela reflete uma típica negação de reconhecimento em razão do abuso físico, já que este os priva de disporem livremente de seus corpos (HONNETH, 1995). Nesse sentido, o medo passa a exercer uma forma de controle que, associado ao descaso do Estado, contribui para a naturalização daqueles transtornos. Um processo de desresponsabilização da comunidade em razão de mecanismos que, mediante formas de controle e acomodação social, subordinam-na e demarcam a localização social delas (KOWARICK, 2002). Assim, a Bem-te-vi passa a reconhecer os riscos que envolvem a manifestação contra as instituições públicas, distanciando-as de uma postura ativa, isto é, de definição e de combate aos seus transtornos.

No processo de naturalização, no entanto, parece existir outro fator. A incorporação daqueles transtornos ao cotidiano e à identidade da Bem-te-vi contribui que aqueles habitantes se tornem menos capazes de refletir criticamente sobre suas vidas. Por isso que, além do medo, eles muitas vezes se mostram conformados e indiferentes com a situação de injustiça na qual se encontram. Existe uma ligação entre os moradores e os transtornos, sobretudo com aqueles representados pelo *valão*, que remete a uma convivência prolongada e, até mesmo, que transcende o seu cotidiano e

parece conectado à história de vida dos moradores, porque eles demonstram ter vivido, no passado, situações similares ou mais problemáticas que a atual. Aliás, há morador que se mudou para a Rua Sta. Teresinha porque sua casa estava condenada pela defesa civil, como também há morador que foi morador de rua, ou mesmo que cresceu disputando alimento com cachorro e urubu em meio a lixão. Portanto, a situação atual não representa tanto um problema, porque simboliza uma vida melhor que a anterior.

O fato de, ora ou outra, exibirem expressões alegres ao se referirem sobre o canal, por exemplo, reflete, também, uma relação que não é estritamente negativa. Arlene, mãe de quatro crianças, ao discorrer sobre o fato de todas elas terem caído no canal, mostrou-se calma e, com uma voz tênue, contava como se aquilo fosse banal. Ali, de frente para o canal, um sorriso vez ou outra brotava de seu rosto, revelando que certos momentos foram até engraçados. Apesar de existir preocupação com as crianças, é uma reação comum, compartilhada, inclusive, por Marcos, que conta de forma jocosa as razões de ter caído três vezes. Ademais, o empurra-empurra entre as crianças envolvendo o canal e a incorporação da *lama* em suas brincadeiras, em vista da ausência de um espaço para a prática do lúdico, deixam mais claro o tipo de vínculo estabelecido. São situações que designam reações as quais desvelam uma relação conformista ou de aceitação que, inclusive, parece retratar uma forma de adaptação àquela situação sem perspectivas de melhora.

De forma similar, os moradores também trazem à tona o conformismo ao alegarem que as enchentes são fenômenos comuns em Vila Velha e ao relevarem a deposição de sedimentos em frente a suas casas. A respeito da *lama*, Arlene diz: “Porque ali, no caso, eles fizeram de... foi o lugar mais próximo do canal, para depósito. Então, eles precisavam de um... no caso, de um lugar para ser jogado, esse negócio. Mais perto, entendeu? Eles alugaram ali, para poder jogar”. Enquanto que Enrique diz, contradizendo a sua companheira no que tange à *podridão* do canal: “Não é muito não... é porque ela está esquentando a cabeça demais. Você está esquentando a cabeça demais”. São falas de moradores que justificam a imposição forçada da *lama* e a inação do Estado frente aos problemas representados pelo canal, como se não houvesse alternativa para o poder público. A legitimidade que a ação/inação da prefeitura ganha reprime o ativismo da reação da comunidade, como também contribui para *legitimar* o

apoderamento do controle de seus corpos contra a sua vontade, sendo ele permitido pela exposição aos males ambientais (SCHLOSBERG, 2009, p.60)<sup>3</sup>.

Por outro lado, a indiferença se mostra no fato de muitos moradores não se importarem com o lixo, já que eles próprios costumam jogar as sacolas pelas janelas de suas residências. Aqueles que não o fazem, tratam, de forma geral, do mesmo modo que os responsáveis, fazendo vista grossa. Segundo Kropp e Connor (2013), é o comportamento dos moradores isento de emoção ou de ligação à causa suscitada por esse transtorno que dá luz a esse sentimento.

No caso do lixo, ainda assim, a necessidade de preservar as boas relações com os vizinhos ou, pelo menos, de evitar conflitos surge como outra questão que se sobressai e parece contribuir para justificar a inação frente aquele transtorno pelo qual os próprios moradores são responsáveis. Os moradores comumente alegavam que, caso viessem, chamando atenção, por exemplo, dos responsáveis, criariam confusão. É um discurso que pode ser visto, ainda, acompanhado de outro, em que eles alegam que aquela comunidade é um lugar bom para se viver porque “ninguém mexe com ninguém aqui, graças a deus” (Jaqueline). O fato de evitarem lidar com os transtornos parece demonstrar que os moradores não costumam buscar investigar essas situações, o que tende a dificultar a definição daqueles transtornos como problemas (LANÇA, 2000).

Todo esse conjunto de sentimentos, apesar de alguns terem se mostrado mais generalizados que outros, mostra-se associado à impotência, sobretudo quando nos remetemos ao medo e ao conformismo. Aquele sentimento fica evidente em falas ligadas à máxima “não vai dar em nada mesmo”, quando os moradores se remetiam às demandas ao poder público. Trazendo para o caso das enchentes, em que as autoridades e instituições públicas e a própria Associação de Moradores de Itapoã (AMI) pouco ou nada fazem, vez ou outra a comunidade as procura, mas de forma pontual, individual e desorganizada, facilitando para que o Estado se esquive de suas responsabilidades ao ponto da população abrir mão do seu possível poder de pressão. “A gente não tem retorno. Chegou uma hora que largamos de mão”, diz Arlene, conformada, sobre pedido de auxílio ao CRAS – Centro de Referência de Assistência Social; ou “Se a gente falar, eles vão fazer o quê?”, diz Marcos. Ambas as pessoas deixam claro o descaso para com

---

<sup>3</sup> A conexão que Schlosberg faz entre exposição a riscos ambientais e danos a integridade física das pessoas parte da perspectiva de Axel Honneth sobre o reconhecimento e formas de maus tratos.

a comunidade e, ao mesmo tempo, justificam seu distanciamento da política e de suas feições no âmbito civil.

A impotência, assim, manifesta-se em apatia, sentimento esse que vem a inibir a tomada de ação (GAVENTA, 1975) em alguns moradores, sobretudo aqueles conformados com as situações; mas que, ao mesmo tempo, parece se colocar como uma prática política própria, uma vez que se apresenta como uma forma consciente de rejeição da política convencional (GREENBERG, 2010), tal como ressaltado por alguns moradores a sua incapacidade de alcançar melhorias através do contato com o poder público.

Em outros momentos, a impotência se mostrou, também, ligada a motivos pessoais. A impossibilidade de adquirir renda de Camila, por exemplo, representa uma falta de controle sobre a sua situação, deixando-a insegura sobre seu futuro e triste/descontente a respeito do presente. Uma senhora que, em razão de um problema de vista, ficou impossibilitada de realizar o trabalho artesanal responsável por sustentá-la. São sentimentos desvelados em seu semblante tristonho ao dizer que sua vida ali estava pior que antigamente, já que, segundo ela, está “sem trabalho, sem nada. Pagando aluguel, sem aposentar...”.

O descontentamento, no entanto, é um sentimento que se revela além da relação a questões pessoais, em meio àquelas pessoas. Ele, também, está atrelado ao convívio com o canal, especialmente em razão das enchentes. O risco desses eventos e o histórico de perdas e dificuldades causados por eles levam ao desapego às áreas ocupadas, já que é comum o desejo de se mudarem. Tal como a Camila, outra integrante da comunidade, cita uma vizinha sua: "Ai que benção de Jesus se alguém comparasse esses *trem* aqui para poder mudar daqui." No entanto, sobretudo em razão da renda, os moradores não conseguem se mudar para um lugar com os “mesmos acessos” que Itapoã proporciona. Eles ficam presos àquele local e, fazendo um paralelo à situação de prisão apresentada por Bauman (1999), a proibição de “[...] mover-se é um símbolo poderosíssimo de impotência, de incapacidade e de dor” (p.116). Esse sentimento de fraco pertencimento ao local influi diretamente em sua participação política (VIDAL, 1996), trazendo à tona mais um motivo para explicar a sua inação frente aos transtornos ambientais com os quais convivem.

Todos os sentimentos evidenciados acima, apesar de nem sempre generalizáveis, revela a tendência dos moradores de não tomar iniciativa para fazer sentido das

situações. São sentimentos que parecem se individualizar e, por isso, não permitem que as pessoas se restabeleçam ou confrontem as causas de seus transtornos (STAVO-DEBAUGE, 2012). De uma forma geral, o sofrimento coletivo, portanto, não nutre um processo de investigação e problematização.

### **Uma postura ativa esvanecente e um público inexistente**

É possível que o conjunto dessas razões demonstradas anteriormente fundamente a falta de uma postura ativa frente aos transtornos. Contudo, seja por causa desse conjunto, seja somente por causa de um daqueles motivos, as situações desvelam sentimentos comuns entre os moradores, em relação aos transtornos ambientais. É um *sentir em conjunto* que, mesmo muitas vezes se traduzindo em passividade, em outros momentos, ele é acompanhado de ações em prol da definição e da resolução de certas situações.

Os primeiros contatos da comunidade com a *lama*, por exemplo, parecem ter provocado uma pequena onda de sentimentos e sensações, onde o descontentamento com o que perderam – o espaço que haviam se apropriado para a prática do lúdico –, o temor pelas doenças e a aversão ao odor e a feiura pipocaram em alguns moradores. É nesse contexto que um morador de uma rua de esquina com a Rua Sta. Teresinha foi à AMI buscar informações sobre a situação e solicitar alguma providência, como alegou a Presidente da associação. Em um movimento similar, Marcos também agiu, tal como ele alega:

[Q]uando eles [a prefeitura] começaram a colocar aqui, eu cheguei até a falar com o pessoal ‘vamos fazer um protesto para tirar’. Aí mandaram eu ir na prefeitura primeiro. Eu fui na prefeitura; a prefeitura mandou eu ir lá na Ouvidoria. Cheguei na ouvidoria, simplesmente mandaram eu ir lá na Prefeitura”.

Típico do serviço público, esse vai-e-volta, que o morador alega ter dado, desvela um não reconhecimento da legitimidade do morador enquanto representante da comunidade e, ainda, coloca suas ações frente à máquina pública em situação de fragilidade. No entanto, foi justamente esse morador o responsável por se expressar de

forma mais calorosa. Suas falas comumente eram permeadas de palavras enfatizadas, com a pele de sua testa muitas vezes se contraindo e frases por vezes acompanhadas de xingamento. Ele toma uma postura que flerta com a agressividade, demonstrando, portanto, raiva, uma emoção comum em pessoas com uma postura ativa frente aos problemas (WRIGHT; TAYLOR; MOGHADDAM, 1990).

Apesar de ter havido reações práticas, em especial de Marcos, elas foram temporalmente localizadas, mais baseadas na ausência de clareza da situação devido à falta de informação do que uma reação paulatina e perene, comprometida com a resolução do transtorno. Assim, as justificativas e a permissão do IEMA, associadas ao desestímulo produzido por aquele descaso e por um envolvimento isolado, contribuíram para que uma reação coletiva incipiente se desfizesse antes mesmo de tomar forma. Aliás, além da prefeitura, a própria AMI não encontrou motivo suficiente para assistir a comunidade, já que, segundo a Presidenta da associação, “como que as pessoas vão reclamar de um serviço em um local que é, literalmente, dela [da prefeitura]?”.

Diferente dessa situação, o caso do canal traz à tona uma gama de especificidades. Notei que, em razão das enchentes, os moradores se utilizam de medidas que podem ser entendidas como estratégias de *coping*, um processo de interação entre as pessoas e o ambiente de adaptação a situações de *stress* (ANTONIAZZI; DELL’AGLIO; BANDEIRA, 1998). Com o intuito de minimizarem os danos causados por aqueles fenômenos, nos últimos anos, mas, sobretudo, após a última enchente (dez. 2013 – jan. 2014), alguns moradores elevaram suas residências, acrescentando terra e entulho sobre o piso e, assim, reduzindo o pé direito. Quando entrei na casa de Karina, que me convidou para mostrar os móveis que perdera e que estão apodrecidos, observei que as passagens eram mais baixas que o normal, às vezes me fazendo declinar levemente a cabeça com medo de colidi-la contra a parte superior das portas. Ademais, relatando sobre o caso da última enchente, ela diz:

Tive que gastar mais de vinte mil para subir essa casa e ainda não terminei o serviço todo. Sem poder, né? Fazendo empréstimo. [...] Depois que eu levantei, olha tamanho da porta que ficou: lá em cima. Esse armário aqui... Isso aqui perdeu tudo, encheu de água tudinho. Eu tive que jogar tudo fora.

Com o mesmo objetivo da adaptação a esse tipo de circunstância, outros moradores construíram pequenas barreiras de lajota e cimento, de uns vinte a trinta centímetros, na entrada de suas casas, tentando evitar que a água proveniente do canal

entrasse. Embora ambas as estratégias adaptativas espontâneas tenham surtido algum efeito, as enchentes continuam a provocar danos e a deixar os moradores apreensivos e preocupados, se não temerosos, nos períodos de chuva. Isso porque a água também irrompe pelos ralos e, em alguns casos, já ultrapassou as elevações e barreiras. A chuva de junho 2015, por exemplo, que deixou a água do *valão* no topo de seu leito, foi o suficiente para que os moradores se preocupassem e se preparassem para o pior.

Essas respostas de cunho privativo dadas por *si* e para *si* – criação de barreiras e a elevação do nível das residências – designam, portanto, uma problematização colocada em curso pela comunidade. Um processo que tem como, ao menos, um dos gatilhos, o próprio medo/temor que as enchentes provocam. O medo, inclusive, encontra-se no discurso de um ou outro morador, como quando Camila alega:

A água do valão, né? Toma conta dessas casas de baixo tudo. Aí... eu lá em cima não deço para baixo. Fico presa, né? [...] Agora, menino, uma vez eu desci porque eu tinha que ir no médico. Eu desci, tava tão cheio que deu aqui, oh, no joelho, aqui. Nem por aqui eu passei. Tinha que ir por aquelas ruas de lá para sair lá na frente, para ir na casa da minha irmã. Foi um dia que tava cheio de água e fiquei com **medo** de cair dentro da lama. Não tinha como ver. Tudo tapado disso aí, oh, da lama.

O transtorno causado pelas enchentes, portanto, ganha o status de problema porque aqueles indivíduos se empenham a encontrar soluções. Essas atitudes de combate ao problema, no entanto, consistem em um conjunto de ações particulares que se desenrolam graças a um conhecimento comum compartilhado pelos moradores daqueles espaços. São estratégias copiadas entre os moradores, agregando-se ao capital social de como lidar com o transtorno. Elas foram reproduzidas, pois se mostraram eficientes até certo ponto, visto que não solucionam o problema em si. Portanto, elas não se constituem em ações coletivas porque não exibem um trabalho em prol de um benefício coletivo, em que as pessoas tendem a se beneficiar mesmo quando não participam ativamente (OLSEN, 2002). Isto é, o benefício da elevação das residências, por exemplo, é usufruído somente pelos seus proprietários/usuários e não pela coletividade como um todo.

O canal, então, revela-se um problema privado que não se torna público porque as pessoas tendem a agir isoladamente para solucioná-lo. Ao adotarem uma postura individualista frente aos transtornos/problemas, elas acabam por enfraquecê-los e não resolvê-los (CEFAÏ; PASQUIER, 2003). No entanto, o enfraquecimento dos problemas

pode tanto passar por certa proatividade, tal como é o caso do aumento do nível dos domicílios; bem como pelo fato de se contar com o elemento natural jogando a seu favor, uma vez que alguns habitantes de ambas as *comunidades* diziam esperar que continuasse sem chover, como tem ocorrido nos últimos dois anos por conta da forte estiagem no estado.

Seja na permanência do estado do transtorno, seja na problematização privada, o que fica claro é a *inexistência* de um campo de experiência coletiva. A comunidade, portanto, não se mostra capaz de mobilizar-se e engajar-se em um processo público de argumentação, denúncia e reivindicação, pois seus membros não parecem compartilhar um sistema interpretativo, argumentativo e de ação. A ausência de uma associação própria (*entre e para* os moradores), inclusive, põe em relevância a atividade da AMI frente aos transtornos que lhes acometem, sobretudo por possuir um caráter representativo. No entanto, em especial no que tange aos transtornos ambientais sofridos pela Bem-te-vi, a associação se coloca como um ator frágil, de baixa eficácia, senão ineficaz.

Uma das razões que justifica esse argumento é a baixa participação política dos habitantes do bairro, aqui se remetendo, sobretudo à participação popular na entidade. Durante o período em que realizei o campo na AMI, observei que os próprios diretores dificilmente comparecem à entidade, o que, inclusive, se reflete na ausência de reuniões semanais – e, portanto, de pautas. Apesar de toda terça-feira a presidenta se disponibilizar para atender aos habitantes do bairro de forma mais profícua, segundo ela, o contato entre as lideranças comunitárias tende a ser realizado mais por telefonemas ou pessoalmente (na maioria das vezes por ela), fora do horário de atendimento público. Durante todos os meses em que participei da associação, poucas foram as reuniões desenroladas no espaço da entidade, sendo que boa parte delas se processou a respeito de um problema comum entre os moradores de uma outra rua, denominada Ameixeira. Ademais, outro motivo para a baixa participação é desconhecimento da associação, uma vez que os membros da comunidade, muitas vezes alegavam desconhecer a AMI. Um desconhecimento que resulta, pelo menos, de um canal de comunicação ineficiente ou recente – menos de dois anos de existência de seu site e de sua página no *Facebook* – estabelecido pela associação para os habitantes do bairro.



Um segundo fator de ineficácia da AMI é a ilegitimidade que ela possui perante os habitantes do bairro (com relevância para a Bem-te-vi). Esta é um elemento que apresenta laços íntimos com a participação baixa, já que uma pode influir sobre a outra (RENNÓ et al., 2011). A dita ilegitimidade, aliás, parece decorrer da desconfiança dos moradores nas ações da AMI, já que, um ou outro morador alegava ou deixava a entender uma cooptação/confluência de interesses entre a AMI e o poder público.

A fragilidade do canal de comunicação entre os representantes (AMI) e a Bem-te-vi, inclusive, pode ser apontado como uma causa para a baixa capacidade de organização e engajamento comunitário, pela quase inexistência de ações coletivas e, portanto, pela baixa eficácia de suas estratégias. Por sua vez, associada a outras dificuldades de enfrentamento, advindas, por exemplo, da naturalização dos problemas, a baixa eficácia nutre um sentimento de futilidade por parte das pessoas em relação à deliberação pública e a valorização maior de ações práticas (ELIASOPH, 2003). Uma desorganização que tem se mostrado associada à pobreza, assim, contribuindo para uma vida pública mais efêmera (FUKE, 1998), e intensificando ainda mais sua vulnerabilidade.

Discorrendo sobre os transtornos, Emerson e Messinger (1977) trazem à tona as potencialidades do envolvimento de outras pessoas, sobretudo de terceiras, no combate aos problemas. Segundo eles, a intervenção de indivíduos “de fora” afeta diretamente as circunstâncias de solução dos transtornos e a definição dos mesmos, podendo, assim “[...] levar para progressiva clarificação e especificação da natureza e seriedade do transtorno” (p.128, tradução nossa). Dessa forma, no caso dos transtornos ambientais enfrentados pela Bem-te-vi, quando AMI não estabelece um canal de comunicação com a comunidade, deixando de mostrar possíveis causas e soluções para os problemas e as potencialidades das ações coletivas, aquele *público em potencial* (a Bem-te-vi ou a própria AMI em conjunto os membros daquela comunidade) perde a chance de enxergar a publicização como um remédio para seus problemas. E, de uma forma geral, quando se engajam individualmente, suas ações são limitadas pela sua vulnerabilidade social e, assim, sua capacidade de pressionar o poder público é diminuída, motivos pelos quais elas enfraquecem ou padecem antes mesmo de obterem resultados. Portanto, a capacidade de publicizar o transtorno não se desenvolve.

## Considerações finais

Este trabalho traz à tona uma comunidade socialmente vulnerável, sobretudo, em razão da baixa renda e das residências inacabadas e com estruturas fragilizadas que acomoda em seu território uma conjunção de transtornos ambientais, como o lixo, o canal a céu aberto e o depósito de sedimentos do canal. Uma confluência que dá origem a uma situação de injustiça ambiental.

Os membros da Bem-te-vi se veem de frente a transtornos que suscitam, de uma forma geral, duas reações. Uma delas designa um recuo quanto à problematização e, portanto, a permanência das situações problemáticas. É uma postura passiva que se fundamenta no medo generalizado, decorrente, sobretudo, da truculência policial. Esse sentimento, juntamente com o conformismo, se une ao sentimento de impotência e, por consequência, a comunidade se volta para a apatia.

A segunda reação perpassa a anterior e está ligada ao temor e à raiva, sentimentos que contribuem para uma postura ativa. Esta, por sua vez, se vê presente no individualismo da ação das pessoas, exatamente pela ausência de uma cultura pública. São atitudes que levam à constituição de um problema privado, contribuindo para minimizar a situação, mas não solucionando o problema. Em meio a isso, nem mesmo a associação do bairro possibilita que aqueles transtornos ganhem um status público, desvelando uma capacidade de publicização fragilizada, se não inexistente.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. DO A.; BEZERRA, G. DAS N. **O que é Justiça Ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. R. O conceito de coping: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 273–294, 1998.

BAUMAN, Z. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

CEFAÏ, D. Acción asociativa y ciudadanía común. ¿La sociedad civil como matriz de la res publica? In: BENEDICTO, J.; MORÁN, M. L. (Eds.). **Aprendendo a ser ciudadanos. Experiencias sociales y construcción de la ciudadanía entre los jóvenes**. Madrid: INJUVE, 2003. p. 91–115.

CEFAÏ, D. **Arène publique**: Un concept pragmatiste de sphère publique (version française d'un article soumis à Sociological Theory). data provável 2015. Disponível em:

<[http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai\\_arene\\_publicue\\_concept\\_pragmatiste\\_cadis.pdf](http://cadis.ehess.fr/docannexe/file/2378/cefai_arene_publicue_concept_pragmatiste_cadis.pdf)>. Acesso em: 7 maio. 2015.

CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. Introduction. In: **Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques**. [s.l.] Presses Universitaires de France - PUF, 2003.

DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente, 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIASOPH, N. Publics fragiles: une ethnographie de la citoyenneté dans la vie associative. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Eds.). **Le sens du public**. Paris: PUF, 2003. p. 225–268.

EMERSON, R. M.; MESSINGER, S. L. The micro-politics of trouble. **Social Problems**, v. 25, n. 2, p. 121–134, 1977.

FREITAS, C. M. DE; XIMENES, E. F. Enchentes e saúde pública: uma questão na literatura científica recente das causas, consequências e respostas para prevenção e mitigação. **Floods and Public Health**, 2012.

FUKS, M. Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro. **Dados**, v. 41, n. 1, 1998.

GAVENTA, J. **Power and Powerlessness**: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley. Doctoral dissertation—Oxford: University of Oxford, 1975.

GREENBERG, J. “There’s Nothing Anyone Can Do About It”: Participation, Apathy, and “Successful” Democratic Transition in Postsocialist Serbia. **Slavic Review**, v. 69, n. 1, p. 41–64, 2010.

HONNETH, A. **The fragmented world of the social: essays in social and political philosophy**. Albany, US: State University of New York, 1995.

JACOBI, P. Dilemas socioambientais na gestão metropolitana: do risco à busca da sustentabilidade urbana. **REVISTA POLÍTICA & TRABALHO**, v. 25, n. 0, 10 dez. 2006.

JARAMILLO, A. M.; VILLA, M. I.; SÁNCHEZ, L. A. **Miedo y Desplazamiento: Experiencias y Percepciones**. Medellín: Corporación Región, 2004.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap**, v. 63, p. 9–30, 2002.

KROPP, E.; CONNOR, J. Indifferent feelings and emotional shifts, from loyalty to what? **The Australian Sociological Association - TASA**, 2013.

LANÇA, I. B. A construção dos problemas públicos: Elementos para uma análise do caso Timor. **Antropológicas**, n. 4, p. 113–130, 2000.

OLSEN, M. **The logic of collective action**. 20. ed. Cambridge, Massachusetts e London, England: Harvard University Press, 2002.

RENNÓ, L. R. et al. **Legitimidade e Qualidade da Democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo/Nashville: Intermeios/LAPOPOP, 2011.

SÁ, T. “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral. **Configurações. Revista de Sociologia**, v. 7, p. 91–105, 2010.

SCHLOSBERG, D. **Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

SEN, A. Capability and Well-Being. In: SEN, A.; NUSSBAUM, M. (Eds.). **The Quality of Live**. [s.l.] Oxford Scholarship Online, 2003.

SILVA, H. S. DA; SANTOS, M. C. DE O. O significado do conforto no ambiente residencial. **Cadernos Revista Proarq**, v. 18, p. 138–151, [s.d.].

STAVO-DEBAUGE, J. Des “événements” difficiles à encaisser: un pragmatisme pessimiste. In: CEFAÏ, D.; TERZI, C. (Eds.). **L’expérience des problèmes publics**. [s.l.] UCL - SSH/IACS, 2012. p. 191–223.

VIDAL, D. Décentralisation infra-municipale, associations d’habitants et pouvoir local: dépasser l’opposition entre clientélisme et participation politique: l’exemple de Recife (Brésil). **Habita. Conférence**, p. 131–146, 1996.

WRIGHT, S. C.; TAYLOR, D. M.; MOGHADDAM, F. M. The relationship of perceptions and emotions to behavior in the face of collective inequality. **Social Justice Research**, v. 4, n. 3, p. 229–250, 1990.